



DIÁRIO

da Assembleia da República

II LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1981-1982)

SESSÃO SUPLEMENTAR

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE OUTUBRO DE 1982

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Rodrigues Vitoriano

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
 Vítor Manuel Brás
 António Mendes de Carvalho
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta do expediente e do recebimento de respostas do Governo a vários requerimentos.

Em declaração política, o Sr. Deputado Herberto Goulart (MDP/CDE) criticou a prática e acções políticas do Governo e da AD nos campos económico, social e cultural.

Também, em declaração política, o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa (PCP) criticou a actuação da AD em várias empresas do sector público e nacionalizado.

Igualmente em declaração política, o Sr. Deputado António Macedo (PS) referiu-se ao falecimento de Veiga Pires, Ramos da Costa e do deputado Vieira de Freitas, enaltecendo as respectivas figuras.

O Sr. Presidente, em nome de toda a Câmara, apresentou as condolências à família do Sr. Deputado Vieira de Freitas, que tornou extensivas às 2 figuras antifascistas referidas pelo Sr. Deputado António Macedo (PS).

Ordem do dia. — Foi lido e aprovado um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados do PS e do CDS.

Foi igualmente lido e aprovado um parecer e proposta de resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração referente à mensagem de S. Ex.^a o Presidente da República solicitando autorização para se ausentar em visita à Áustria.

O Sr. Presidente, depois de ter dado conta da entrada na Mesa das propostas de lei n.º 126/II, 127/II, 128/II, 129/II, 130/II, 131/II, 132/II e 133/II, encerrou a sessão às 16 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD):

Adérito Manuel Soares Campos.
 Afonso de Sousa Freire Moura Guedes.
 Álvaro Barros Marques Figueiredo.
 Álvaro Roque Bissaia Barreto.
 Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.
 Anacleto Silva Baptista.
 António Duarte e Duarte Chagas.
 António Roleira Marinho.
 Arménio Jerónimo Martins Matias.
 Arménio dos Santos.
 Carlos Manuel Pereira de Pinho.
 Cecília Pita Catarino.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Daniel Cunha Dias.
 Fernando Alfredo Moutinho Garcês.
 Fernando Manuel Cardote B. Mesquita.
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira.
 Fernando dos Reis Condesso.
 Francisco Mendes Costa.
 Henrique F. Nascimento Rodrigues.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Evangelista Rocha Almeida.
 Joaquim Pinto.
 José Augusto Ferreira de Campos.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Luís Figueiredo Lopes.

José Manuel Pinheiro Barradas.
 José Mário de Lemos Damião.
 Júlio Lemos Castro Caldas.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Manuel Ribeiro Arruda.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Maria Manuela Dias Moreira.
 Maria Margárida do R. da C. S. M. Ribeiro.
 Marília Dulce Coelho Pires D. Raimundo.
 Mário Ferreira Bastos Raposo.
 Natália de Oliveira Correia.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Miguel Santana Lopes.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS):

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alfredo José Somença Simões Barroso.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António de Almeida Santos.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Fernando Marques R. Reis.
 António Francisco B. Sousa Gomes.
 António Gonçalves Janeiro.
 António José Sanches Esteves.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Magalhães da Silva.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Beatriz Cal Brandão.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Edmundo Pedro.
 Fausto Sacramento Marques.
 Fernando Verdasca Vieira.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Júlio Filipe de Almeida Carrapato.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Leonel de Sousa Fadigas.
 Luís Abílio Conceição Cacito.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Mário Manuel Cal Brandão.

Raul d'Asunção Pimenta Rego.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vítor Manuel Brás.

Centro Democrático Social (CDS):

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Adriano José Alves Moreira.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Mendes Carvalho.
 António Pedro Silva Lourenço.
 Armando Domingos L. Ribeiro Oliveira.
 Carlos Eduardo de Oliveira e Sousa.
 Carlos Martins Robalo.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 João Abrunhosa de Sousa.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Pulido de Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Albertô de Faria Xerez.
 José Eduardo Sanches Osório.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.
 Manuel Eugénio Cavaleiro Brandão.
 Narana Sinai Coissoró.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Favas Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António José M. Vidigal Amaro.
 António José de A. Silva Graça.
 Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Talhadas.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 João Carlos Abrantes.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreira Patrício.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel da C. Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Manuel Silva Ribeiro de Almeida.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria d'Aires Sande Silva.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Odete dos Santos.

Mariana Grou Lanita da Silva.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Octávio Rodrigues Pato.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM):

António Cardoso Moniz.
 António de Sousa Lara.
 Augusto Ferreira Amaral.
 Henriques Barrilaro Ruas.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Ação Social-Democrata Independente (ASDI):

Fernando Dias de Carvalho.
 Joaquim Jorge de Magalhães S. Mota.
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

António César Gouveia de Oliveira.
 António Manuel C. Ferreira Vitorino.
 António Poppe Lopes Cardoso.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

António Monteiro Taborda.
 Herberto de Castro Goulart.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Vai proceder-se à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte

Expediente

Cartas

Da mesa do plenário geral dos trabalhadores da ANOP, remetendo cópias das decisões aprovadas no dia 4 do passado mês de Agosto e das cartas enviadas aos Srs. Secretários de Estado da Comunicação Social e do Fomento Cooperativo.

Da comissão de gestão interina do Hotel Baía, em Cascais, remetendo fotocópia de uma exposição dirigida a S. Ex.^a o Primeiro-Ministro e de um comunicado distribuído à população daquela vila.

Do subdirector do citado Hotel Baía, remetendo uma exposição em nome do colectivo de trabalhadores, acerca da situação naquele estabelecimento hoteleiro.

De Maria de Lurdes da Silva Oliveira, residente no Porto, expondo a situação precária do local onde habita e solicitando que sejam tomadas urgentes providências.

Da Comissão Cívica Independente, com sede no Porto, remetendo o texto de um comunicado emanado daquela Comissão, subscrito por alguns dos seus membros, sobre o tema «A democracia e as forças armadas».

Carta da Comissão dos utentes da linha do Oeste, remetendo fotocópia do caderno reivindicativo que apresentaram ao director da Região Centro da CP.

Ofícios

Da comissão de trabalhadores da CTM — Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos, solicitando a abertura de um inquérito parlamentar aos actos da gestão da empresa e possíveis casos de corrupção.

Da Câmara Municipal de Santarém, remetendo cópia de parte da acta da reunião efectuada naquela autarquia acerca de problema suscitado pela Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

Da Assembleia Distrital de Faro, transcrevendo uma proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo e aprovada por unanimidade em reunião realizada no dia 26 de Julho passado relativamente às obras no porto da Baleeira.

Da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, propondo, nos termos do artigo 49.º da Constituição da República, a promoção de uma reunião plenária desta assembleia para discussão das consequências do possível desmembramento da empresa Electricidade de Portugal (EDP), E. P.

O Sr. **Secretário** [Reinaldo Gomes (PSD)]: — Foram recebidas as respostas aos requerimentos dos seguintes Srs. Deputados: Ercília Talhadas (PCP), na sessão de 2 de Junho de 1981; Magalhães Mota (ASDI), nas sessões de 16 de Fevereiro, 16, 19 e 26 de Março, 28 de Abril, 11 e 18 de Maio e 8 de Junho do corrente ano; Amadeu dos Santos (PSD), na sessão de 30 de Março; Sousa Gomes (PS), na sessão de 27 de Abril; João Carlos Abrantes (PCP), na sessão de 29 de Abril; Sousa Marques e Jorge Patrício (PCP), na sessão de 18 do mesmo mês; Armando Oliveira (CDS), na sessão de 1 de Julho; Jerónimo de Sousa e Georgete Ferreira (PCP), na sessão do mesmo dia; Mário Tomé (UDP), na sessão de 2 de Julho, e Álvaro Brasileiro e Custódio da Silva Ferreira (PCP), na sessão de 8 de Julho.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, comunicaram à Mesa que iam proferir declarações políticas o MDP/CDE, o PCP e o PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Goulart.

O Sr. **Herberto Goulart** (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As forças políticas detentoras da maioria nesta Assembleia e igualmente representadas e responsáveis pelo governo do País parece nada mais interessar senão a sua perpetuação no poder.

Agem continuamente como se tal fosse o fim último e único da sua prática e acção políticas, violando para isso regras elementares da vida democrática.

3 anos depois da existência de governos AD e da maioria parlamentar, veneradora e submissa, que os sustenta, é possível afirmar, com dados que a realidade do quotidiano fornece, que a resolução dos grandes problemas nacionais através do funcionamento e do aprofundamento dos mecanismos democráticos não está na perspectiva deste poder.

Todas as estratégias de acção do Governo, no seu conjunto, ou de qualquer ministério, de *per si*, têm por finalidade exclusiva a criação de condições para continuarem a ser poder a todo o custo.

Forjam-se prioridades, desrespeitam-se leis, amesquinham-se as relações entre órgãos de soberania, usa-se uma linguagem insincera perante os cidadãos, fazem-se coincidir os quadros do Estado com o clientelismo po-

lítico, subvertendo a hierarquia das competências, e mistura-se, num comportamento indecifrável, a posição de Estado com a de dirigente partidário, confundindo deliberadamente interesses e situações.

E isto não se passa com um governo e um poder que agora se iniciam e que, malbaratando embora valores democráticos, pretendesse consolidar-se para finalmente governar.

Isto dura há 3 anos, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

Não é um início, é já um hábito.

Não é uma tática, é já uma estratégia.

No horizonte da AD não está a democracia que o povo iniciou em 25 de Abril, não está a resolução das grandes questões nacionais à luz das novas realidades do mundo contemporâneo e da Nação Portuguesa.

Apenas está a preocupação de permanecer no poder, mesmo que progressivamente se restrinja, como aceleradamente está a suceder, a base social que sustentava a AD.

E porque assim acontece, naturalmente que o Governo, a maioria parlamentar, os dirigentes da AD, não podem contribuir para criar, mesmo que o desejassem, uma vida, cultura e vivência democráticas; antes cultivam os ambientes artificiais da demagogia, da mistificação dos problemas e das opções sociais possíveis.

Hoje não há plano da vida política, económica, social, cultural, onde se possa esboçar um balanço favorável a este Governo.

Os governantes e quadros de Estado responsáveis, perante a evidência de uma crise nacional que atinge proporções alarmantes, reconhecem situações e exibem índices e dados que expressam o caos em que 3 anos de governação AD vêm lançando Portugal.

Mas escamoteiam razões, incapazes que são de abordar com frontalidade e verdade os problemas nacionais perante os Portugueses. O discurso governamental continua sendo não mais do que uma acção mediocrementemente propagandística, eleiçoeira, ao longo de anos falando do que se iria fazer, porque não pode ser enriquecido com a demonstração positiva do que devia ter sido realizado.

Com uma base social em quebra acelerada, a AD tem de iludir e intimidar os Portugueses, embora vestindo-se na pele de cordeiro.

Para isso aí estão 2 sectores-chave do processo de mistificação: o vasto sector da comunicação social estatizada e o Ministério da Administração Interna, com as actuações ridículamente perigosas do seu titular.

Não estaria na lógica deste Governo, com a prática política que o caracteriza, contribuir para promover os órgãos de comunicação social estatizados a instrumentos de esclarecimento da opinião pública, em ordem a escolhas conscientes e livres nos vários planos da vida política, social e cultural do País.

Tal preocupação, da parte de tal Governo, seria na realidade o seu antiprojecto.

O comportamento dos governos AD no que respeita aos órgãos de comunicação social estatizados sempre se caracterizou pelos objectivos alternativos de controlar ou, sendo impossível controlar, destruir.

O actual Governo refinou os processos, endureceu as opções.

A transformação da Radiotelevisão Portuguesa num órgão de mistificação da opinião pública, de deseducação política e cívica, de aviltamento cultural e de

dócil serventia da propaganda governamental tem sido uma das principais frentes de ataque da AD no domínio da comunicação social.

A RTP prossegue e agrava a sua submissão ao Governo e aos dirigentes dos partidos que constituem a AD.

O serviço de noticiários da TV está ao total serviço das entidades governamentais, como se comprova pelo facto de, diariamente, se tornar escandalosa a cobertura das digressões ministeriais e das acções governamentais por mais reduzido que seja o seu significado.

É a abusiva utilização do tempo da Televisão, tal como se de um «tempo de antena permanente» se tratasse, para propagandear os actos quer do Governo, quer de dirigentes ou estruturas partidárias integradas na AD, quer ainda de qualquer obscuro presidente de câmara afecto à AD.

Não há nenhuma cerimónia, por menos relevante que seja, na qual participem membros do Governo, que não beneficie de larga cobertura por parte da Televisão.

Em contrapartida, a RTP silencia ou remete para o último noticiário acontecimentos relevantes em que participam o Presidente da República ou dirigentes prestigiados de partidos da oposição e as estruturas sindicais, as suas razões e as suas acções são normalmente «esquecidas» pela TV.

Mais recentemente, os ataques desferidos contra a ANOP evidenciam o despodor com que o Governo já não olha a meios para esvaziar uma comunicação social estatizada, que se desejaria isenta e pluralista.

Gorados os esforços de instaurar o controle partidário na empresa por intermédio de administrações joguetes do Governo, está em curso o processo de destruição da Agência Noticiosa Nacional, cuja actividade, considerada globalmente, é reconhecida como positiva. De facto, o conselho de informação respectivo reconheceu, por unanimidade dos partidos que o constituem, que «a ANOP é pluralista e o seu serviço é rigoroso, independente e objectivo».

A acompanhar o completar desta ofensiva, desenharam-se já sinistros cercos à Rádio Comercial e a alguns jornais estatizados.

Toda esta acção governamental ganhou incremento significativo em vésperas das eleições autárquicas.

A TV começou já a invadir as casas dos Portugueses com programas que constituem verdadeira propaganda eleitoral da AD.

Estas atitudes são contrárias à obrigação legal de isenção e pluralismo dos meios de comunicação social estatizados. Mas acima de tudo são a expressão pública de um inqualificável ataque às regras democráticas.

Um governo cujos componentes não tivessem uma adesão meramente formal e hipócrita aos valores democráticos empenhar-se-ia em recomendar às administrações e direcções de informação de si dependentes a prática de uma informação rigorosamente isenta e objectiva, que se abstivesse de clara ou veladamente promover as forças políticas identificadas com o Governo.

Em vésperas da campanha eleitoral, os órgãos de comunicação social estatizados, especialmente a RTP, a RDP e a ANOP, deveriam ser obrigados a apresentar aos respectivos conselhos de informação os seus programas globais de cobertura da campanha eleitoral, para apreciação por estes conselhos e posterior

fiscalização quotidiana do seu cumprimento durante toda a campanha eleitoral.

Esta seria uma prática democrática, um acto de seriedade política.

Em que esta Assembleia se prestigiaria, recomendando-o ao Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com o actual Governo não há quaisquer garantias de seriedade do próximo acto eleitoral. Aliás, as reais intenções do Governo tornaram-se bem claras com a proposta de lei sobre eleições autárquicas apresentada na Assembleia da República.

Mas esta situação é particularmente agravada quando se tem em conta o comportamento do actual titular do MAI, isto é, do Ministério de tutela do processo e acto eleitorais.

A inventona aquando da greve geral de 12 de Fevereiro e as acções repressivas que se lhe seguiram, a atitude quanto aos acontecimentos do 1.º de Maio, no Porto, e em relação ao correspondente inquérito, o folhetim dos ficheiros da PIDE, as notícias divulgadas sobre suas ligações com conspiração contra o Governo da República Popular de Angola, para já nem citar algumas das suas declarações públicas, são motivos de sobra para questionar que tal Ministro possua perfil que se coadune com a seriedade que ao processo eleitoral deve imprimir o aparelho administrativo do Ministério da Administração Interna.

As eleições autárquicas são coisa demasiado importante para que qualquer democrata possa manter-se passivo perante as condições em que decorrerão com este Governo AD.

Não se pode, coerentemente, enaltecer o poder local e, ao mesmo tempo, permitir que a escolha dos componentes dos seus órgãos se realize em condições que ofendam os princípios e desrespeitem as dezenas de milhares de portugueses e portuguesas que às eleições concorrerão.

O MDP/CDE afirma nesta Assembleia, com a força moral que lhe advém dos seus militantes colocarem inquestionavelmente os interesses nacionais acima de interesses partidários ou de grupos, que este Governo não tem condições morais, nem isenção política, para presidir ao próximo acto eleitoral para as autárquicas.

O MDP/CDE entende que, através dos mecanismos institucionais que o regime democrático contém, antes que seja tarde, antes que as regras democráticas não possam mais ser invocadas, antes que o povo português seja ludibriado, é necessário e imprescindível que o Governo seja demitido e respeitada a legalidade e restabelecida a confiança em vastos sectores da Administração Pública e da vida social, onde se instala assustadoramente a desconfiança, o medo e a corrupção.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — As palavras têm de seguir-se os actos, e os órgãos de soberania, que para tanto são eleitos pelo povo, não podem alienar-se do mandato que lhes está conferido, nos exactos termos dos superiores interesses do Povo e do País.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Durante o processo de revisão da Constituição da República muitas foram as vezes em que o PCP alertou para os perigos reais que decorriam para a democracia portuguesa caso a AD, a manter-se no poder, conseguisse o fundamental dos objectivos que se propunha atingir no tocante à organização do poder político.

Alguns subestimaram esses perigos. Outros, abrindo conscientemente as fileiras aos inimigos da democracia, cederam e colaboraram na execução do plano da AD e, o que é mais grave, parecem dispostos, mais uma vez, a fazer novas concessões na elaboração e votação das leis de Defesa Nacional e do Tribunal Constitucional, que a serem aprovadas as propostas governamentais poriam nas mãos da AD o controle absoluto da força militar e da constitucionalidade das leis.

Os perigos que daqui resultariam não podem ser subestimados. E eles somam-se ao agravamento catastrófico dos problemas nacionais, ao aumento do custo de vida, do desemprego, à estagnação da produção, à subida em flecha dos défices externos e da dívida externa.

Neste quadro é particularmente importante o alerta que nos vem das fábricas e das empresas e que hoje trazemos ao Plenário da Assembleia da República no recomeço dos trabalhos parlamentares.

Na verdade, o governo AD, identificando-se cada cada vez mais com os interesses de grupo, com o grande capital e com os sectores mais retrógrados do patronato, tem vindo a desenvolver uma feroz ofensiva contra o sector público e nacionalizado, alimentando, quando não mesmo praticando directamente a repressão e a limitação dos direitos e das liberdades dos trabalhadores. Se alguém tinha dúvidas quanto às afirmações de Freitas do Amaral, anunciando o desmantelamento do sistema económico colectivista realizado em 1975 (ou sejam, as nacionalizações, que a Constituição continua a consagrar e a considerar como irreversíveis), bastaria ver o que se passa em alguns sectores.

Na EDP, através da Resolução n.º 21/82, o Governo prepara o desmantelamento da empresa com a entrega da distribuição da pequena e média tensão ao capital privado. Na indústria naval, o ex-monopolista Mello tenta, com a colaboração da AD, reconstituir o monopólio perdido com o 25 de Abril. Através das posições que detém na Lisnave, deminando a rede comercial de reparação, retirando a estação de desgazificação à Setenave, não cumprindo o acordo Lisnave/Setenave e inviabilizando o contrato de viabilização para a Parry & Son, prepara-se para abocanhar estas 2 empresas. O Mello conhece tão bem quem está no Governo que já se dá ao luxo de impor condições drásticas, ilegais e inconstitucionais. Exige todas as facilidades para a obtenção de créditos, juros bonificados, isenção de impostos, cobertura legal para efectuar 2500 despedimentos na Lisnave, milhares na Setenave e 400 na Parry & Son. Exige a retirada de regalias aos trabalhadores, coloca-os em casa sem salário ou noutras profissões (com a agravante de que todos os encargos sociais passariam a ser suportados pelo Estado).

Na CP, a solução milagrosa apontada pelos gestores da AD para os problemas da empresa é encerrar dezenas de estações, despedindo 5000 trabalhadores.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — É um escândalo!

O **Orador**: — Quanto à ANOP, é tanta a pressa de destruir a empresa que as cartas de despedimento enviadas a 146 trabalhadores eram baseadas num velho decreto sobre o regime dos hospitais.

A destruição do sector nacionalizado das pescas, ...

A **Sr.^a Alda Nogueira (PCP)**: — Que vergonha!

O **Orador**: — ... o desmantelamento da CTM, os perigos que decorrem para a TAP face à possibilidade de redução da frota, as obscuras operações em relação à banca e aos seguros, são outros tantos exemplos da operação de sabotagem e desmantelamento que o governo AD conduz com vista à reprivatização dessas empresas.

Mas a AD sabe que as transformações económicas e sociais andam a par das liberdades. Para destruir as primeiras restringe e procura destruir as segundas.

A **Sr.^a Zita Seabra (PCP)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso usa e incentiva a repressão e agrava as condições de vida dos trabalhadores.

No Hotel Baía, o Secretário de Estado do Turismo, em conluio com os ex-patrões, quando viu que era incapaz de comprar a dinheiro a consciência dos trabalhadores, invadiu o Hotel com uma brigada de marginais que agrediram trabalhadores e ocuparam a empresa protegidos pela polícia.

A **Sr.^a Zita Seabra (PCP)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Aludindo a esta escandalosa função que o Governo não hesita em atribuir às forças de segurança, um polícia desabafava a certa altura: «Eu, que persegui e prendi alguns destes (marginais) por envolvimento em casos de droga, tenho agora que lhes proteger as costas!»

Na Cometna, a administração instaura 33 processos disciplinares, despede 4 representantes dos trabalhadores, ameaça mais 29.

Na Tabaqueira, o conselho de gerência levanta processos disciplinares a membros da comissão de trabalhadores pelo simples facto de estes denunciarem a repressão no sector.

O relatório dos acontecimentos trágicos na noite de 30 de Abril, no Porto, continua por publicar para manter a impunidade do Ministério da Administração Interna e de Ângelo Correia.

Com este Governo e com estas administrações o patronato mais reaccionário aproveita a maré para instalar em centenas de empresas as suas próprias leis, tentando rever, na prática, as leis laborais. A repressão directa, o aumento incontrolado e ilegal dos contratos a prazo, os ataques aos direitos sociais, o não pagamento de salários e os despedimentos colectivos e selectivos atingem tal proporção que é impossível relatar todas as situações existentes ou referir sequer o nome dessas empresas.

Mas vale a pena analisar 2 ou 3 exemplos, que se poderiam multiplicar por muitas outras empresas.

Nas Águas do Vimeiro um trabalhador foi despedido porque a sua mulher fez greve noutra empresa. Na Sicázal os trabalhadores receberam uma carta

avisando-os que seriam despedidos caso algum familiar directo fizesse parte das listas da APU para as eleições autárquicas ...

A **Sr.^a Alda Nogueira (PCP)**: — Fascismo!

O **Orador**: — Na Fábrica de Loijas de Sacavém 50 % dos trabalhadores já não vão à empresa, enquanto a administração prossegue impunemente a destruição da empresa, suspendendo e despedindo todos os delegados e membros da CT que se destacam na luta ...

Srs. Presidente e Srs. Deputados: Apesar das dificuldades e dos perigos, apesar da intimidação e da repressão, os trabalhadores portugueses não viram a cara à luta, não abdicam dos seus direitos e das suas conquistas, continuando a empunhar a bandeira da legalidade para defender os seus postos de trabalho, o seu salário e as nacionalizações. Em Setembro, 700 000 trabalhadores tiveram de recorrer à greve, às concentrações e paralisações. O caso concreto da EDP, onde dos 19 000 trabalhadores 95 % aderiram à greve com o único objectivo de impedir o desmantelamento da empresa, a poderosa resposta dos trabalhadores metalúrgicos contra o tecto salarial que o Governo lhes quer impor, a luta dos trabalhadores da ANOP, do Hotel Baía, da Cometna e da CIMPOR, o espírito combativo dos trabalhadores da indústria naval, obrigaram já o Governo a alguns recuos pontuais.

Aplausos do PCP.

Os trabalhadores já detectaram o mal. Sabem que enquanto a AD se mantiver no poder nenhum dos seus problemas encontrará uma solução justa e duradoura. Por isso estão na disposição de reunificar os seus esforços e as suas lutas, alargar a unidade e fazer frente à política antioperária e revanchista do Governo e do patronato.

A AD sabe que não lhe basta ter o poder, que não lhe basta contar com o apoio do grande capital para destruir a resistência dos trabalhadores. Por isso Freitas do Amaral tem tanta pressa em fazer a Lei da Defesa Nacional, procurando também, nesta matéria, transformar as forças armadas num braço cego e manipulado ao seu serviço para envolver os militares nos seus objectivos repressivos contra o movimento dos trabalhadores.

Por isso a AD se prepara para se apoderar do Tribunal Constitucional a fim de manipular, distorcer, destruir o controle da constitucionalidade das leis para fazer passar uma nova lei de delimitação de sectores e o pacote laboral, que o Primeiro-Ministro anuncia repetidamente à finança internacional dando-a como certa até ao fim do ano.

Neste quadro, e mais do que nunca, a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão que assegure o carácter democrático das eleições e a realização de eleições no prazo constitucional de 90 dias assumem um carácter de actualidade e urgência.

Comungando desta opinião estão as centenas de milhares de trabalhadores em luta, estão os patriotas e democratas, que se recusam a aceitar caminhar passivamente para o beco perigoso onde a AD está a levar Portugal.

A AD, porque sabe que não tem possibilidades reais de se opor com êxito a tais medidas, com a consciência de que o seu plano subversivo cairia por terra fragorosamente, tem pressa, tem muita pressa, em pôr em execução as novas competências que a lei da revisão atribui ao Governo e à Assembleia da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vivemos um momento decisivo na vida portuguesa, com profundas consequências para o bem-estar do povo e para o futuro da democracia portuguesa. Os trabalhadores e o povo português julgarão politicamente as forças políticas e os homens pela atitude que tomarem nesta situação.

Correspondendo aos apelos e ao alerta que chegam das fábricas e das empresas, ao lado dos trabalhadores e apoiando as suas lutas, o PCP, aqui na Assembleia e fora dela, saberá dar o combate democrático aos inimigos de Abril.

Não temos apenas a confiança histórica. Sabemos que a democracia e os que se identificam com ela têm mais força que a reacção. Por isso, apesar dos perigos, a democracia vencerá.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Macedo.

O Sr. António Macedo (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No decurso das férias parlamentares insistentemente me foi aconselhado um período de repouso, com total alheamento, se possível, dos acontecimentos da vida nacional e do que pelo mundo se passava.

Durou a penitência uns largos 15 dias, já que para mais me escasseou o ânimo.

Ao voltar ao convívio das gentes e dos instrumentos da comunicação social fui amargamente surpreendido com 2 tristes e dolorosas notícias: os falecimentos de dois amigos muito queridos — Veiga Pires e Ramos da Costa —, exemplares cidadãos e democratas, valerosos «resistentes» no assalto ao fascismo, ambos empenhados numa mesma dura luta, de toda uma vida, sofrendo as violências, as dores e os vexames de um ostracismo feroz e implacável imposto por Salazar e por Caetano e seus apaniguados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para recordar, numa breve invocação, estes 2 admiráveis «companheiros de armas» que uso agora e aqui da palavra, com a expressão da homenagem que lhes é devida e que eu pretendo fazer ecoar nesta Casa de homens livres, representantes do povo liberto das grilhetas da ditadura, que eles também tudo fizeram para quebrar, restituindo aos Portugueses a alegria e a liberdade que os tiranos lhes haviam usurpado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Arnaldo Cândido Veiga Pires foi um bravo combatente nas barricadas da oposição, desde cedo ligado às actividades literárias e políticas da Renascença Portuguesa e da Seara Nova, aguerrido militante da esquerda democrática (quando o confronto partidário se circunscrevia a «bonzos» e «canhotos») e depois, mais tarde, esclarecido defensor e paladino do socialismo em liberdade, de braço dado com António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes e Jaime

Cortesão, seus íntimos amigos e parceiros na gesta das aventuras revolucionárias.

Para, em causa própria, melhor poder denunciar as fraudes eleitorais com que os governantes julgavam iludir o povo português, Veiga Pires aceitou ser escolhido 2 ou 3 vezes para candidato a deputado pelo círculo do Porto, tomando parte activa nas campanhas em que se desferiam ataques frontais, com vigor e desassombro, aos inimigos da democracia, que todos eram, nessa altura, os mandões de Portugal.

Seu camarada de lista, sou testemunha do vigor e do desassombro com que Veiga Pires flagelava os seus algozes e carcereiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Veiga Pires sofreu a deportação e o exílio forçado em terras de África com invulgar estoicismo.

Não têm conta as vezes que foi preso, pois pertencia ao rol daqueles que a PIDE «engavetava» quando as ordens de cima eram para prender os do costume.

E quase sempre se lhe ouvia um comentário facetado quando descrevia as suas andanças pelos aljubes de Portugal, como a história daquele anónimo porteiro do prédio em que morava seu cunhado, o coronel Hélder Pinheiro, que também foi levado na carrinha da PIDE apenas porque ainda havia lugar para mais um ...

Posto que preso à sorte, por engano ou malvadez, certo foi que o pobre homem acabou, como os demais, por ser atirado para Timor ...

Mas todos estes atropelos, infâmias, perseguições e crimes parece terem esquecido, porque dos seus mandantes, culpados, cúmplices e executores, uns já morreram em paz e a outros se abriram as fronteiras da Pátria e as portas das prisões, das universidades, dos tribunais e até da alta finança ...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quanto a outro dos nossos mortos, o Francisco Ramos da Costa, igualmente há a evidenciar a sua enorme valentia na dureza do combate contra a opressão e a miséria fascistas.

A sua vida foi um exemplo de tenacidade na conquista do pão que o diabo amassou e de revigorada fé nos ideais da democracia e do socialismo em liberdade.

Com Mário Soares e Manuel Tito de Morais — nossos companheiros de bancada neste Parlamento — Ramos da Costa fundou a Acção Socialista e muito contribuiu para que ganhasse foros de organização partidária, ajudando a construir e a incrementar vários dos seus núcleos espalhados pelo mundo: Canadá, Brasil, Venezuela, França, Itália, Inglaterra, Suíça, Alemanha, Noruega, Bélgica, etc.

Antes de Embaixador de Portugal — como veio a ser —, Ramos da Costa foi embaixador da Acção Socialista e obteve assento, com Tito de Morais, em congressos dos partidos trabalhistas, socialistas e sociais-democratas, integrados na Internacional Socialista, que calorosamente acolheu no seu seio a Acção Socialista de então — a ASP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi nas trincheiras da oposição que conheci o Chico Ramos da Costa — ardente, vibrante, destemido, voltado para o estudo dos problemas sociais e económicos que mais afligiam os democratas e os portugueses seus irmãos. Desa-

lentado por uma vida de sobressaltos e prisões, procurou o exílio. E em Paris o encontrei a travar a batalha da sobrevivência, com uma dignidade que mais o prestigiava e mais o enobrecia.

Na modéstia do seu viver era contagiante o entusiasmo do Chico Ramos da Costa ao definir no espaço os caminhos da felicidade e abundância dos Portugueses.

Recordo que numa das convenções da Acção Socialista na clandestinidade, com a presença de representantes do continente e dos vários núcleos da Europa, o Ramos da Costa traçara um plano aprofundado e exaustivo das perspectivas da economia portuguesa, face ao Mercado Comum e suas incidências.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ramos da Costa, ao que se vê, foi um esforçado cabouqueiro da emancipação política do povo português. Foi, como Veiga Pires, um patriota de raiz, ao serviço da grei e dos ideais democráticos.

Por isso, permito-me proclamar que sem homens como Veiga Pires e Ramos da Costa, entregues à cruzada da nossa libertação, ainda que sofrendo na carne as brutalidades dos ditadores, não teria sido possível a madrugada redentora do 25 de Abril.

Foram eles e tantos seus «irmãos de armas» que prepararam e mantiveram vivo o sentido da resistência e de luta no amor à liberdade.

Assim, usando uma linguagem muito grata ao meu espírito, eu direi, a concluir, que Veiga Pires e Ramos da Costa foram também 2 valorosos capitães de Abril.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não poderia igualmente deixar de assinalar com a mais profunda mágoa o falecimento do nosso colega e meu saudoso camarada, o deputado Vieira de Freitas, vitimado por inesperada doença que o abateu ainda jovem e quando ainda muito tinha para dar ao País, quer como político, quer como poeta.

Vieira de Freitas possuía um raro conjunto de qualidades morais e intelectuais que o seu modo de ser discreto e tranquilo não deixava transparecer à primeira vista.

Durante o exercício do seu mandato de deputado fez, no entanto, intervenções de grande mérito no que diz respeito aos problemas e ansiedades da população Madeirense, cujo círculo eleitoral representava, bem como no âmbito do sector do ensino e da educação, de que era profundo conhecedor.

Calmo e ponderado, jamais suscitou polémicas estereis nesta Assembleia, grangando com essa atitude o respeito e a consideração de todos os seus pares.

Vieira de Freitas era também um poeta de talento que estava ainda longe, muito longe, de atingir a plenitude do seu labor, tendo-nos legado, contudo, uma obra que testemunha a sua sensibilidade e do seu compromisso com os mais belos ideais humanos.

O seu desaparecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em pleno labor parlamentar, conjugado com a difícil situação financeira em que deixa a família, veio a colocar sob uma luz mais fria e mais crua a necessidade urgente de se providenciar no sentido da definição da carreira política, designadamente no que se refere ao estatuto dos membros dos órgãos de soberania, em particular no capítulo da segurança social dos respectivos membros e das suas famílias.

Vieira de Freitas deixou viúva e 3 crianças de tenra idade.

Nesta hora de evocação e tristeza não quero deixar de lhes enviar o meu carinho e a solidariedade de todos os senhores deputados.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PCP, do PPM, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dado que é a primeira vez que este Plenário reúne após o falecimento do nosso colega Vieira de Freitas e embora o Sr. Presidente desta Assembleia já o tenha feito na Comissão Permanente, permito-me, creio que interpretando o sentimento de toda a Câmara, apresentar ao Partido Socialista e à família do nosso colega as nossas condolências pelo seu falecimento. Torno extensivas estas condolências às 2 figuras antifascistas que o Sr. Deputado António Macedo também aqui referiu.

Srs. Deputados, visto não haver mais inscrições vamos passar ao período da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Para proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos, tem a palavra o Sr. Deputado Valdemar Alves.

O Sr. Valdemar Alves (PSD): — Srs. Deputados: O relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 6 de Outubro de 1982, pelas 14 horas e 30 minutos, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1) Solicitada pelo Partido Socialista: António José Vieira de Freitas (círculo eleitoral da Madeira) por António Egídio Fernandes Loja (esta substituição é feita a partir do passado dia 26 de Agosto, inclusive, em virtude do falecimento do deputado);

2) Solicitadas pelo Partido do Centro Democrático Social:

João da Silva Mendes Morgado (círculo eleitoral de Viseu) por Manuel Augusto de Lemos Couto Azevedo (esta substituição foi pedida para os dias 17 a 26 de Setembro passado, inclusive);

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues (círculo eleitoral do Porto) por Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão (esta substituição foi pedida ao abrigo da alínea d) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, a partir do passado dia 30 de Setembro, inclusive).

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concernentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes.

A Comissão: Vice-Presidente, **António Cândido Miranda Macedo** (PS) — Secretário, **José Manuel Maia Nunes de Almeida** (PCP) — **Cristóvão Guerreiro Norte** (PSD) — **Armando dos Santos Lopes** (PS) — **Alfredo Pinto da Silva** (PS) — **Manuel de A. de Almeida e Vasconcelos** (CDS) — **Armando de Oliveira** (CDS) — **Victor Afonso Pinto da Cruz** (CDS) — **Álvaro Augusto Veiga de Oliveira** (PCP) — **Jorge Manuel Abreu de Lemos** (PCP) — **António Cardoso Moniz** (PPM) — **Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho** (ASDI) — **António Manuel de Carvalho F. Vitorino** (UEDS) — **Herberto de Castro Goulart da Silva** (MDP).

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, passamos agora à votação do presente relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

Submetida à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da UDP.

Srs. Deputados, comunico à Câmara que foi admitida a proposta de lei n.º 129/II — Lei de Defesa Nacional —, que baixa à Comissão de Defesa Nacional, com a eventualidade de ser criada uma Comissão para discutir e votar esta proposta.

Foi admitida igualmente a proposta de lei n.º 130/II, relativa ao Tribunal Constitucional, que, segundo o despacho, baixa à Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, com a eventualidade de se constituir uma Comissão *ad hoc* para discussão e votação desta proposta na especialidade.

Srs. Deputados, vai agora ser lido um parecer e proposta de Resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração, referente à mensagem de S. Ex.ª o Presidente da República, solicitando autorização para se ausentar, de 11 a 14 do presente mês de Outubro, em vista à Áustria.

O Sr. **Secretário** (Reinaldo Gomes): — Srs. Deputados: O parecer e proposta de resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração é do seguinte teor:

A Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração da Assembleia da República, tendo apreciado a mensagem de S. Ex.ª o Presidente da República, em que solicita o assentimento para se deslocar entre os dias 11 e 14 do decorrente mês de Outubro à Áustria, em viagem de carácter oficial, apresenta ao Plenário a seguinte proposta de resolução:

Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º da Constituição, a Assembleia da República dá

o assentimento à viagem oficial de S. Ex.ª o Presidente da República à Áustria, entre os dias 11 e 14 de Outubro.

Palácio de São Bento, 7 de Outubro de 1982. —
Pelo Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração, **Adriano José Alves Moreira**.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da UDP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não sei se as propostas para a criação das 2 Comissões são ou não apresentadas nesta sessão. Caso o não sejam, os nossos trabalhos chegaram ao fim.

O Sr. **Almeida Santos** (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Almeida Santos** (PS): — Sr. Presidente, o que em princípio tinha sido acordado é que, numa 1.ª fase, as propostas baixassem às actuais Comissões de Defesa Nacional e de Direitos, Liberdades e Garantias, a fim de poderem voltar a subir a Plenário para discussão na generalidade — e penso que não devemos «pôr o carro diante dos bois» —, o que talvez se venha a verificar na próxima ou numa das próximas sessões.

Em todo o caso, a proposta está já formulada.

O Sr. **Presidente**: — De acordo, Sr. Deputado Almeida Santos. Simplesmente, devo dizer que não tinha acompanhado essa discussão e me estava só a orientar pela agenda de trabalhos.

Srs. Deputados, deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: proposta de lei n.º 126/II, que concede autorização ao Governo para legislar em matéria de definição de crimes de tráfico ilícito de diamantes em bruto ou não lapidados, apreensão e venda dos mesmos; proposta de lei n.º 127/II, que concede ao Governo autorização para alterar o regime de carreiras de pessoal operário e auxiliar da administração local, decorrente dos Decretos-Leis n.ºs 191-C/79, de 25 de Junho, e 466/79, de 7 de Dezembro; proposta de lei n.º 128/II, que aprova, para ratificação, a Carta Social Europeia; proposta de lei n.º 131/II, que autoriza o Governo a celebrar um acordo de empréstimo entre Portugal e Moçambique, solicitando que à mesma seja dada entrada logo que se verifique o início da próxima sessão legislativa; proposta de lei n.º 132/II, que autoriza o Governo a contrair empréstimos junto do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e proposta de lei n.º 133/II, que autoriza o Governo a contrair um empréstimo no montante de 45 milhões de dólares, concedido pelo Governo dos Estados Unidos da América ao Governo da República Portuguesa, no âmbito do programa de assistência militar para o ano fiscal de 1982. Todas estas propostas foram admitidas e baixam às respectivas Comissões.

Srs. Deputados, a sessão de amanhã é às 15 horas, com período de antes da ordem do dia, sendo a ordem

do dia constituída pela apresentação, pelo Governo, das propostas há pouco anunciadas e ainda por perguntas formuladas ao Governo, respectivas respostas.

Está encerrada a sessão.

Erão 16 horas e 20 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD):

Álvaro Roque Bissaia Barreto.
Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.
António Duarte e Duarte Chagas.
João Manuel Coutinho de Sá Fernandes.
Joaquim Pinto.
Manuel António Araújo dos Santos.
Maria da Glória Rodrigues Duarte.
Natália de Oliveira Correia.

Partido Socialista (PS):

António Egídio Fernandes Loja.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
Alberto Henrique Coimbra.
Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.
António Jacinto Martins Canaveral.
João Abrunhosa de Sousa.
Rui António Pacheco Mendes.

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD):

Amândio Anes de Azevedo.
Amélia Cavaleiro M. Andrade Azevedo.
Américo Abreu Dias.
António Augusto Lacerda de Queiroz.
António Maria de O. Ourique Mendes.
António Vilar Ribeiro.
Armando Lopes Correia Costa.
Bernardino da Costa Pereira.
Carlos Mattos Chaves de Macedo.
Eleutério Manuel Alves.
Fernando José da Costa.
Fernando José F. Fleming de Oliveira.
Fernando José Sequeira Roriz.
Francisco de Sousa Tavares.
João Afonso Gonçalves.
João Manuel Coutinho de Sá Fernandes.
João Vasco da Luz Botelho Paiva.
Joaquim Manuel Cabrito Neto.
José Vargas Bulcão.
Manuel António Lopes Ribeiro.
Manuel da Costa Andrade.
Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva.
Mário Dias Lopes.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mário Marques Ferreira Maduro.
Mário Martins Adegas.
Nicolau Gregório de Freitas.
Rui Alberto Barradas do Amaral.
Victor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

António Duarte Arnaut.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Emílio Teixeira Lopes.
António Fernandes da Fonseca.
António Manuel Azevedo Gomes.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Manuel N. Costa Candal.
Fernando Torres Marinho.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Guilherme Gomes dos Santos.
Jaime José Matos da Gama.
João Cardona Gomes Cravinho.
Jorge Fernando Branco Sampaio.
José Gomes Fernandes.
José Luís Amaral Nunes.
Luís Manuel César Nunes de Almeida.
Luís Silvério Gonçalves Saias.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Alfredo Tito de Morais.
Manuel António dos Santos.
Manuel Francisco da Costa.
Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
Mário Alberto Lopes Soares.
Rui Fernando Pereira Mateus.
Vergílio Fernando M. Rodrigues.

Centro Democrático Social (CDS):

Alberto Henriques Coimbra.
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
Eugénio Maria Anacoreta Correia.
Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
João Lopes Porto.
José Augusto Gama.
José Miguel Nunes Anacoreta Correia.
Luís Aníbal de Azevedo Coutinho.
Luís Carlos Calheiros V. Sampaio.
Luísa Maria Freire Vaz Raposo.
Maria José Paulo Sampaio.
Mário Gaioso Henriques.
Paulo Oliveira Ascensão.
Rogério Ferreira Monção Leão.
Rui António Pacheco Mendes.
Rui Eduardo Rodrigues Pena.
Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP):

António Dias Lourenço.
Fernando de Almeida Sousa Marques.
Manuel Correia Lopes.

Partido Popular Monárquico (PPM):

António José Borges G. de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.

União Democrática Popular (UDP):

Mário Baptista Tomé.

AS REDACTORAS DE 1.ª CLASSE: Anita Paramés Pinto da Cruz — Cacilda Nordeste.

Rectificação ao n.º 132, de 13 de Agosto de 1982 (declaração de voto do deputado da ASDI Magalhães Mota, a propósito das alterações à Constituição).

Na p. 5597, col. 2.^a, l. 4, onde se lê «com representação do...» deve ler-se «em representação do...».

Nas mesmas página e coluna, l. 18, onde se lê «Não há Parlamento livre sem deputados livres, capazes de ...» deve ler-se «Não há Parlamento livre sem deputados livres. Capazes de ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 21, onde se lê «próprios, para ...» deve ler-se «próprios. Para ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 21 e 22, onde se lê «simples 'correias de transmissão' e para que ...» deve ler-se «simples 'correias de transmissão'. E para que ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 26, onde se lê «A declaração de voto que ...» deve ler-se «A declaração de voto de ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 31 e 32, onde se lê «parece-nos dever ...» deve ler-se «pareceu-nos dever ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 34, onde se lê «Votámos favoravelmente a lei da revisão, tal foi ...» deve ler-se «Votámos favoravelmente a lei da revisão. Tal foi ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 38, onde se lê «Não renegamos a obra constituinte de 1976, nem o ...» deve ler-se «Não renegamos a obra constituinte de 1976. Nem o ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 54, onde se lê «homens livres representantes de homens livres, que ...» deve ler-se «homens livres representantes de homens livres. Que ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 60, onde se lê «encontraram defeitos» deve ler-se «encontravam defeitos».

Na p. 5598, col. 1.^a, l. 1, onde se lê «pela esquerda. Não pode ...» deve ler-se «pela esquerda. Não pode ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 5, onde se lê «constatando 'a polémica do capitalismo' formulava ...» deve ler-se «constatando 'a falácia do capitalismo' formulava ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 11, onde se lê «A. Grossar (in *L'Alle Magne* ...)» deve ler-se «A. Grosser (in *L'Allemagne* ...)».

Nas mesmas página e coluna, l. 19, onde se lê «patidos clássicos» deve ler-se «partidos clássicos».

Na mesma página, col. 2.^a, l. 7 a 9, onde se lê «Portugal deve ser assunto e norma imperiosa para todos os portugueses, sem exclusões cívicas nem inquisições políticas ou ideológicas» deve ler-se «Portugal deve ser assunto e norma imperiosa para todos os portugueses. Sem exclusões cívicas nem inquisições políticas ou ideológicas». Tratando-se da continuação da transcrição anterior, deve este excerto considerar-se impresso alinhado pelo respectivo parágrafo. Consequentemente seguir-se-á, em parágrafo, «Congratulamo-nos ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 23, onde se lê «esta lei de revisão» deve ler-se «desta lei de revisão».

Nas mesmas página e coluna, l. 38, onde se lê «Nenhum de nós, portugueses, poderá prestar-se ...» deve ler-se «Nenhum de nós, portugueses, poderá furtar-se ...».

Nas mesmas página e coluna, l. 45, onde se lê «noltagies» deve ler-se «nostalgies».

Nas mesmas página e coluna, l. 51, onde se lê «de profundamente alterar» deve ler-se «de profundamente o alterar».

Nas mesmas página e coluna, l. 56, onde se lê «Mas este não é» deve ler-se «Mas esta não é».

Nas mesmas página e coluna, l. 62, onde se lê «confrontar-se não apenas ...» deve ler-se «comportar-se não apenas ...».

PREÇO DESTE NÚMERO 24\$00

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA